

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Gustavo Santana – PL
2º-Secretário: deputado Vítório Júnior – PP
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 12ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura – Destinada a homenagear o *rapper*, escritor e compositor mineiro Gustavo Pereira Marques, o Djonga

1.2 – Comissões

2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário

2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

3.1 – Plenário

3.2 – Comissões

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 – ERRATAS



ATAS

ATA DA 12ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 11/5/2026

Presidência da Deputada Leninha

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras da Deputada Ana Paula Siqueira – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Gustavo Pereira Marques – Palavras da Presidenta – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem as deputadas:

Leninha – Ana Paula Siqueira – Bella Gonçalves – Macaé Evaristo.

Abertura

A presidenta (deputada Leninha) – Às 19h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Boa noite a todos e todas, uma noite de alegria, de celebração! É muito bom receber todas vocês neste Parlamento. Que vocês possam ocupar mais esta Casa.

Ata

– A presidenta, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

A locutora – Destina-se esta reunião a homenagear o *rapper*, escritor e compositor mineiro Gustavo Pereira Marques, o Djonga, por sua trajetória artística marcada pela luta contra as desigualdades e o racismo e pela valorização da força e da resistência da população negra e por sua relevante contribuição à difusão da cultura e da identidade das periferias de Belo Horizonte, projetando a arte de Minas Gerais para o Brasil e o mundo.

Composição da Mesa

A locutora – Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Gustavo Pereira Marques, o Djonga, homenageado desta noite; as Exmas. Sras. deputada federal Duda Salabert; e desembargadora Maria Cecília Alves Pinto, 2ª-vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho – TRT; o Exmo. Sr. Txai Silva Costa, prefeito municipal de Nova Era; e as Exmas. Sras. Fernanda Takai, cantora, compositora e diretora da União Brasileira de Compositores – UBC; e deputada Ana Paula Siqueira, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

A locutora – Gostaríamos de agradecer e registrar a presença do Exmo. Sr. deputado federal Rogério Correia. Agradecemos também aos demais convidados que acompanham esta solenidade presencialmente, pela TV Assembleia e pelo canal institucional da Assembleia no YouTube.

Execução do Hino Nacional

A locutora – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, que será executado pela cantora Lau Mackenzie.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

A locutora – Assistiremos agora a um vídeo do homenageado, Djonga.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras da Deputada Ana Paula Siqueira

Boa noite. Sejam todas e todos muito bem-vindos à Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Cumprimento a Exma. Sra. 1ª-vice-presidenta da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, minha colega deputada Leninha. Obrigada, Leninha, pela presença, neste ato representando o presidente da Assembleia, deputado Tadeu Leite. Cumprimento também o Sr. Gustavo Pereira Marques, Djonga, nosso homenageado. Vamos falar mais sobre você daqui a um pouquinho, Djonga. Cumprimento também a Exma. Sra. Deputada Federal Duda Salabert. Que bom, Duda, ter você conosco. Cumprimento ainda o Exmo. Sr. Txai Silva Costa, amigo, ex-servidor desta Casa, do nosso gabinete na Assembleia de Minas, e prefeito de Nova Era, nosso prefeito da região do Médio Piracicaba. Cumprimento a Sra. Fernanda Takai, cantora, compositora e editora da União Brasileira de Compositores. Quero já dizer, Fernanda, que é uma alegria ter você aqui conosco. Que honra! Que honra tê-la conosco aqui.

Bom, hoje é um dia muito simbólico. Um dia depois do Dia das Mães, esta Casa abre as suas portas para homenagear um artista que sempre honrou e exaltou suas raízes, seu território e sua família. Homenagear o Djonga é também homenagear duas mulheres fundamentais na construção da sua caminhada: Rosângela Pereira Marques, sua mãe – já queria que ficasse de pé; uma salva de palmas para ela –, e Maria Eni Viana, sua avó, que está aqui, no auge de seus 90 anos de idade, para ver mais uma página da história ser escrita. Antes de a coragem existir no palco, ela existiu dentro de casa, dentro da sua casa, Djonga. Dona Maria Eni, hoje com 90 anos, tinha apenas 26 anos, quando se tornou viúva e mãe solo de três meninas, e escolheu fazer da educação um caminho de liberdade. Quando o mundo tentava impor limites, ela ensinou suas filhas a sonhar, e a sonhar grande. O que mais me emociona nessa

trajetória é perceber que o sucesso do Djonga não começou na música. Começou no colo, começou na luta silenciosa das mulheres negras.

Esta reunião especial da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais segue um rito muito bem definido. São muitos protocolos, e a gente não pode quebrar quase nenhum, não é, presidenta? Mas peço desculpas aqui aos meus queridos colegas servidores desta Casa, porque hoje eu vou quebrar o protocolo. Enquanto presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, preciso estender esta homenagem também à Rosângela e à Maria Eni. Durante este discurso, quero entregar-lhes duas flores como homenagem de todos que estão aqui presentes e dos que estão nos acompanhando, porque elas são peças fundantes dessa construção.

– Procede-se à entrega de flores.

A deputada Ana Paula Siqueira – Quebramos esse protocolo para dizer que, para gente como a gente chegar até aqui, foi preciso quebrar muitas regras, atravessar portas que se apresentaram fechadas e transformar ausência em presença. E para que nós, gente da gente, possamos continuar nesses espaços de destaque e referência na nossa sociedade, muitas vezes precisamos trabalhar duas, três, quatro vezes mais para enfrentar uma sociedade machista, racista, patriarcal, misógina e violenta.

Além de sermos da periferia da Região Leste de Belo Horizonte, Djonga, temos muita coisa em comum, e a sua música *Bença* sintetiza muito bem isso: “Vai e vai / Ganha esse mundo sem olhar pra trás e vai / Só não esquece de voltar”. E eu me emociono porque também me lembro da minha vó Irene, uma mulher à frente do seu tempo, que sempre me colocou para a frente, mesmo quando o mundo dizia que certos lugares não eram feitos para nós, não eram feitos para negros. A gente vai, mas não esquece de voltar para os nossos, porque não avançamos sozinhos. Voltar para dizer às nossas mães e avós que nenhum passo foi em vão.

Você fala também sobre o privilégio de ter um pai presente, assim como eu também tive. Inclusive, você, Djonga, e o meu pai, fazem aniversário no mesmo dia. Não é coincidência. Acho que a nossa história já se encontrava há muito tempo. Há outra coincidência: a Dra. Gersa, sua pediatra, que está sentadinha ali e também é pediatra dos meus filhos.

E como precisamos de homens como você, Djonga, que, além de lutar para ser uma referência para seus filhos Jorge e Iolanda, é uma inspiração para milhares de jovens. Inclusive, hoje, pela manhã, eu estava próxima à Escola Estadual Central, e os alunos estavam ali, no horário do intervalo, curtindo o som sabe de quem? Do Djonga.

Em tempos da pandemia de feminicídio, precisamos que os homens cheguem juntos com o compromisso de mudar a realidade da violência em todas suas dimensões. Precisamos que esses movimentos sejam públicos. Além disso, vivemos o papel transformador da educação. E saber, Djonga, que você quis cursar o curso de história porque se apaixonou pelas aulas de um professor de um cursinho pré-vestibular é extremamente inspirador. Eu, no Pré-UFMG, um cursinho popular, trabalhei para garantir o acesso de milhares de jovens de baixa renda às universidades, dediquei minha força de trabalho durante 20 anos. Foi nessa instituição que enfrentei a máfia da educação dos cursinhos particulares, que tentaram fechar o curso pré-vestibular porque ele atrapalhava seus negócios, mas abria a perspectiva de um futuro para milhares de jovens que não conseguiam sonhar em estar no ensino superior, especialmente na universidade federal. E foi a partir desse enfrentamento, em defesa da educação pública e do direito dos mais pobres à universidade, que entrei na política.

Demorou mais de 300 anos para Minas Gerais eleger mulheres negras para nos representar neste Plenário. Na eleição de 2018, quando disputei a minha primeira eleição como deputada estadual, elegemo-nos três mulheres negras: eu, a deputada Leninha e a deputada Andréia de Jesus. E eu chego aqui com o compromisso de amplificar vozes historicamente silenciadas e de garantir vez e presença a corpos que durante muito tempo não se viram representados. Por isso esta homenagem vai além da trajetória brilhante de Djonga na cultura e no *hip-hop*. Ela é um marco histórico de resistência. É a nossa cara preta que ficará marcada na fotografia da história. Esta homenagem não é trivial; é um divisor de águas. O meu pedido para que esta homenagem acontecesse não é simples. É fruto do meu compromisso de garantir vez e voz a quem por tanto tempo se viu inviabilizado. É um reconhecimento à população negra, periférica e à juventude deste Estado. A periferia não é só o lugar das estatísticas, cuja ausência do Estado promove números

horrorosos. E não pode continuar sendo cenário das notícias de tragédias e páginas policiais. A periferia produz arte, pensamento, liderança, futuro, mudança, riqueza, arquitetura, mexe no PIB do nosso estado. Isso mesmo, no PIB, na riqueza. Boa parte da riqueza deste estado é produzida nas periferias.

E hoje esta Assembleia reconhece tudo isso. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais reconhece o *rapper*, escritor e compositor mineiro Gustavo Pereira Marques, o Djonga, por sua trajetória artística singular, marcada pela luta contra as desigualdades e o racismo e pela celebração da força e da resistência da população negra, projetando o *hip-hop* e a cultura mineira para o Brasil e o mundo. Djonga fez história em 2020 ao se tornar o primeiro *rapper* brasileiro indicado ao BET Hip-Hop Awards, na categoria de melhor artista internacional. O *Heresia* foi eleito o melhor álbum de 2017. Em 2022, o *Dono do Lugar* foi a 4ª maior estreia de *rap* na história do Spotify Brasil e o 7º álbum mais ouvido do mundo no dia do lançamento. Também empreende. Criou seu próprio negócio, seu próprio selo: *A Quadrilha*. Além de diversos negócios, fomentando a economia e agora a gastronomia em seu território. Isso é só um pouco das suas conquistas. Vocês sabem bem o peso do Djonga, ponta de lança na luta antirracista.

Cada pessoa presente aqui ajuda a construir um legado coletivo, porque assim é a construção do Djonga. Eu cheguei mais cedo ao Plenário e tive a oportunidade de cumprimentar o meu homenageado, e a primeira coisa que ele me disse foi: “Obrigado pela homenagem. Obrigado por homenagear a minha família”. Esse é o espírito da coletividade mais importante para cada uma e cada um de nós. E a construção desse legado coletivo mostra que as mesmas mãos negras e periféricas que escrevem versos também escrevem leis, que a política institucional nunca mais seguirá sem a nossa presença, porque não existe democracia verdadeira sem a participação popular, sem diversidade e sem justiça racial. Quando um de nós avança, toda a estrutura da sociedade se move, porque, quando sonhar é possível, a mudança acontece. E é isso, Djonga, que você representa: a prova viva de que um menino da periferia pode transformar dor em palavras, palavra em consciência, e consciência em esperança de transformação. Djonga, obrigada por existir, obrigada por resistir e obrigada por coexistir com a gente.

Entrega de Placa

A locutora – A deputada Leninha, 1ª-vice-presidenta da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Tadeu Leite, e a deputada Ana Paula Siqueira farão a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem ao Djonga. A placa contém os seguintes dizeres: “O *rapper*, escritor e compositor mineiro Gustavo Pereira Marques, o Djonga, tem se destacado nacionalmente e internacionalmente por sua trajetória artística singular e profundamente transformadora. A obra do músico, marcada pela coragem estética, pela consciência crítica e pelo compromisso com a justiça social, tornou-se referência na luta contra as desigualdades e o racismo no Brasil e desempenha papel decisivo na valorização da cultura, da identidade e das vivências das periferias de Belo Horizonte. Ao dar voz à população negra, Djonga celebra a resistência, a dignidade e a memória de um povo que constrói, todos os dias, a história deste país e revela que a arte pode ser um instrumento valioso na construção de uma nação mais igualitária e fraterna. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ao reconhecer a importância de Djonga para a música brasileira e para a cultura negra e periférica, rende a ele esta justa homenagem”.

A presidenta – Gostaríamos também de chamar a dona Maria Eni, que é a avó, e a Rosângela Marques, que é a mãe – vamos nos posicionar aqui embaixo –, para receberem a placa junto com o Djonga. O seu pai também – Ronaldo!

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Gustavo Pereira Marques

É isso aí! Boa noite, gente. Eu sei lá, eu não gosto muito desse negócio, eu fico um pouco com vergonha. Apesar de não parecer, eu sou uma pessoa tímida, mas vou tentar falar aqui e ler inclusive. Vamos lá! Primeiramente, quero agradecer à Ana Paula a homenagem e a todos os representantes que estão nesta Mesa. Quero dizer que, sem Deus, sem meus orixás, nem aqui eu estaria. Eu também não estaria aqui sem a fé da minha avó, sem a criação dos meus pais, sem a minha irmã, sem os meus irmãos do dia a dia, sem a minha quadrilha, sem a minha namorada, sem as mães dos meus filhos. Na moral, sem o Jorge e a Iolanda me deixando doido,

depois me deixando orgulhoso, depois me deixando confuso, o que seria de mim? Sem a *vibe* da minha família, que é família mesmo... Eu nem digo pelos padrões tradicionais e pelas caixinhas que querem nos colocar, até porque, por onde a gente mora, lá na zona leste, há todo tipo de gente. Mas digo família porque nós somos juntos, e mais do que juntos, nós somos felizes juntos, muito felizes. Quero deixar um abraço especial, um salve para quem não cola comigo mais, para os que ficaram pelo caminho, para os que não gostam mais de mim e para aqueles com quem eu não interesse mais de trocar ideia. Não falo isso por humildade, até porque, os meus sentimentos ainda são confusos em relação a várias dessas coisas. O que sei é que, para o mal ou para o bem, eu valorizo tudo o que eu vivi e tudo o que eu vivo. Fiquem felizes. Vocês também fazem parte disso. Um beijo no coração de vocês.

Quando ouvi o meu primeiro disco de *rap*, eu tinha 7 anos de idade. Foi mais ou menos na época em que eu tomei a primeira batida da polícia. Hoje eu penso que se passei por isso e que mesmo sem entender nada que os racionais falavam naquelas músicas, eu sentia que era para mim. O nome do disco é *Sobrevivendo no inferno*, autoexplicativo. Quando andava por BH e via os “pixos” nos topos dos prédios, do Goma principalmente, e os grafites nas empenas, eu, que tenho medo de altura, ficava pensando: como essa galera tem coragem de fazer isso? Talvez o *hip-hop* também seja sobre isto: coragem. Eu vi os *b-boys* e as *b-girls* pela primeira vez dançando num filme de que eu não lembro o nome – o pessoal fica lá competindo com o outro e tal – e depois na minha escola, no Iemg, que contribuiu muito para o meu processo de virar gente. Algumas vezes foi duro. A questão é que eu fiquei maravilhado com a beleza dos movimentos de quem transformou o corpo em resistência. A maior emoção foi quando eu vi os DJs e MCs, tipo o Sweet de um lado e a Clara Lima do outro, rimando no palco do viaduto, enquanto o Monge, o PDR, o Ozléo ou alguém da Família de Rua estava xingando a gente por alguma coisa, num processo de educação que a gente nem tinha noção que estava acontecendo ali. Ali, inclusive, iniciei o processo de cura da minha síndrome do pânico, que devo ter desenvolvido de tanto ver coisa ruim ao redor. Esse processo de cura se concluiu no primeiro Duelo de MCs Nacional, ou seja, graças ao *hip-hop*.

Na real, que bom que existe o *hip-hop*, porque sem ele eu não ia ter vivido do lado de FBC, Coyote, Oreia, Clara, Hot – todo mundo que formava o nosso bonde do DV –, o André, enfim. Sem ele não existiria “fogo nos racistas”, a frase que mudou minha vida, que deve ter mudado a percepção de muita gente por aí. Sem ele a gente não tinha empregado esse tanto de família por aí. Sem ele nem sei se eu me olharia no espelho e me acharia capaz como eu me acho hoje. O triste é pensar que o *hip-hop* nasceu para ser remédio para a doença que é o descaso do Estado com as populações de baixa renda, desde antes, com as mulheres e mães solo, principalmente se a pele for preta. O *hip-hop* foi o caminho que os jovens negros do mundo acharam de denunciar as desigualdades e de se expressar também. Até porque foi através do *hip-hop* que a gente entendeu o poder que tem quando quem vem de onde a gente vem fala de amor e de coisas leves também, certo?

E, apesar de parecer que já deu tudo certo, a gente ainda está engatinhando. Com todas as minhas contradições, com todos os problemas que eu trago, não posso achar normal a guerra que se vive nas periferias, resultando em 63 mortes de jovens negros por dia. Não dá para achar normal a epidemia de violência contra a mulher, contra a população LGBT, baseada num discurso de ódio que é quase institucionalizado. Não dá para achar normal a fome, a violência policial, o descaso. Por isso, um recado para os meus amigos *rappers* também: não vamos esquecer a função disso aqui, não. Não vamos esquecer por que a gente começou a fazer isso – e não só nós, não vamos esquecer por que quem veio antes da gente começou a fazer isso aqui.

Eu peço, inclusive para vocês, deputadas, deputados, nossos representantes de um modo geral, todo mundo que faz parte do Estado, para não se esquecerem de quem está lá embaixo, nunca. Eu agradeço e recebo, com muito carinho e muito amor, esta sua homenagem, mas a maior homenagem de todas, não só para mim, mas para qualquer cidadão que se preze, é cuidar de quem precisa, como se fosse a última coisa da vida de vocês, certo? (– Palmas.) De resto, queria agradecer de novo todo mundo, todo mundo, todo mundo, todas e todos que estão aí, por terem saído das suas casas nesta segunda-feira – vários, com certeza, de ressaca ainda – para vir me ver, para me dar um abraço. Estou muito feliz de estar aqui, de verdade. Estou muito feliz de meus filhos estarem aqui. Eu saí

de casa para fazer o curso de história lá na Ufop e não sabia que, no último período, eu continuaria fazendo isso para sempre. É isso. Essa aí é por quem veio antes de mim e me ensinou isso tudo aqui. E fui. Beijo.

Palavras da Presidenta

Boa noite, mais uma vez, para todos e todas, para aqueles também que nos acompanham pelos canais de comunicação da Casa. O presidente tinha um outro compromisso, mas a gente está aqui para fazer a representação das mulheres negras do Parlamento. Por isso começo agradecendo muito à nossa companheira e amiga, deputada Ana Paula Siqueira. Como ela mesma disse, somos poucas, Djonga, mas somos parceiras da luta contra aqueles que querem nos tornar invisíveis num mundo que estamos dizendo que somos gente. Precisamos de cuidado, de atenção.

A Ana Paula, com a sua sensibilidade, propôs esta reunião. Claro, tenho uma alegria enorme em presidi-la. Aliás, eu presido várias reuniões, mas achei esta muito especial, em razão do homenageado, das pessoas que aqui estão. Fiz questão de participar, de estar aqui, nesta noite. A gente viu, no cerimonial, um jovem negro, funcionário desta Casa, que entregou a placa. Isso representa um pouco o que somos aqui, bem como a nossa resistência, luta, bravura e coragem para seguir lutando. Ana Paula, parabéns por essa homenagem que você propôs. Você foi a autora do requerimento. Acho que 80%, 90% dos parlamentares desta Casa assinou o requerimento, reconhecendo a importância desse artista, desse criador, dessa pessoa tão importante para Minas Gerais, para o Brasil e para o mundo.

De maneira especial, queria saudar a nossa companheira e amiga Duda Salabert, também parceira de muitas lutas que a gente trava não só em Minas, mas também no Brasil. É uma pessoa muito importante para a nossa luta política, para a prática da boa política, não só representando, mas também lutando bravamente pelos nossos direitos.

Cumprimento o Txai Silva Costa, jovem prefeito de Nova Era, que está presente. De maneira muito carinhosa, quero saudar a nossa cantora, compositora e diretora da União Brasileira de Compositores, Fernanda Takai. Muito obrigada pela presença.

Antes de pronunciar as palavras do presidente, que vou falar entre aspas – é uma palavra breve –, queria render algumas palavras ao nosso homenageado Gustavo Pereira Marques, Djonga. É uma alegria muito grande presidir essa homenagem ao Djonga. Ele transformou, como a gente já viu em muitas falas, vivência em arte, dor em consciência e palavra em ferramenta de mudança. Fez da periferia centro de criação, pensamento e futuro. E fez tudo isso sem nunca abrir mão das suas origens, de sua memória e também de sua gente.

É isto que a gente diz sempre: a gente sabe de onde a gente veio. A gente sabe por que estamos aqui fazendo luta, mesmo sendo minoria. A gente não se curva, a gente não silencia, a gente não se cala frente ao racismo, frente a todos os tipos de preconceito e perseguição contra nós, mulheres negras das periferias. O *hip-hop* sempre foi muito mais do que música, um instrumento muito potente de denúncia, pertencimento, autoestima e formação política. Reconhecer o Djonga nesta Assembleia é também reconhecer a legitimidade da cultura negra, periférica como produção de conhecimento e de transformação social.

Como mulher negra, que vem das Gerais, pelo interior deste estado, sei muito bem da importância de a gente se manter firme. Sei o quanto ainda tentam dizer ao nosso povo quais são os lugares que devemos ocupar. Por isso, uma homenagem como esta tem um significado muito profundo para mim e para toda a população negra deste estado.

Farei a leitura do pronunciamento do presidente. O presidente Luiz Tadeu Leite mandou a seguinte mensagem. Abrem-se aspas: “É com grande satisfação que, em nome da Assembleia de Minas Gerais, prestamos esta homenagem ao Sr. Gustavo Pereira Marques, o Djonga, nascido e criado na região Leste da capital mineira, filho de D. Rosângela Pereira Marques e do seu Ronaldo Marques, e pai de Jorge e de Holanda.

Nosso homenageado descobriu ainda bem jovem seu talento para unir o ritmo e a poesia. Ao expressar suas rimas potentes em uma performance fulgurante, tem colocado a força do *hip-hop* a serviço das causas sociais da maior relevância em nosso país.

Suas letras afirmam a dignidade, os direitos e a resistência da mulher, do trabalhador e trabalhadora, do povo negro, despertando consciências e esperando atitudes. Ao manifestar sua reverência aos ancestrais e sua lealdade aos vínculos de amor, fraternidade e companheirismo, esse grande artista constitui um exemplo vivo de valores igualmente fundamentais nesses tempos tão difíceis que temos vivido. Sua arte tem sido reconhecida por grandes expoentes da canção brasileira, muitos dos quais se tornaram seus parceiros musicais, como Milton Nascimento, Jorge Aragão e Samuel Rosa.

Mesmo tendo alcançado tanto renome nacional e internacional, ao longo desses 14 anos de carreira, Djonga sempre se manteve fiel às suas raízes negras, periféricas e mineiras. São muito merecidos, portanto, o agradecimento e a admiração que o povo mineiro nutre pela trajetória pessoal e artística do nosso agraciado. Por todos esses motivos, saudamos Djonga calorosamente, em nome do Parlamento mineiro, reiterando os nossos votos de mais pleno sucesso pelos tempos que ainda virão. Cumprimentamos também seus familiares, amigos, colegas, todas e todos, desejando-lhes muita saúde, paz e prosperidade hoje e sempre. Muito obrigado”. Obrigada.

A locutora – Após o encerramento regimental, teremos a apresentação do Djonga, acompanhado do DJ Coyote Beatz, com as músicas: *Fome*, de Djonga e Coyote Beatz, *Olho de tigre*, de Djonga, Malive e Slim, e *O mundo é nosso*, de Djonga, BK e Coyote Beatz.

A presidenta – Lembro que farei um encerramento regimental, mas não está encerrada a sessão. Depois da apresentação do Djonga, a gente convida a Mesa para descer com a placa e registrar este momento. Logo em seguida, os familiares e os amigos vão poder fotografar aqui na frente, junto com o nosso homenageado.

Encerramento

A presidenta – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 12, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/4/2017

Às 14h40min, comparecem à reunião as deputadas Ione Pinheiro e Marília Campos (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do BMM) e o deputado Thiago Cota, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Doutor Jean Freire. Havendo número regimental, a presidente, deputada Ione Pinheiro, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 771/2015 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento da deputada Marília Campos aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.848/2016 (relator: deputado João Vítor Xavier), que recebeu parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado João Vítor Xavier. Submetidos a votação, são aprovados os Requerimentos nºs 7.652, 7.658 e 7.661/2017. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.782/2017, das deputadas Marília Campos, Ione Pinheiro e Celise Laviola, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular para debater o Projeto de Lei nº 4.092/2017, que institui sistema de reserva de vagas e o Programa de Assistência Estudantil na Uemg e na Unimontes e dá outras providências;

nº 7.783/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação – SEE – pedido de informações sobre o cronograma de pagamento dos recursos atrasados relativos ao programa Poupança Jovem;

7.784/2017, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior pedido de informações sobre a construção do alojamento e compra do mobiliário para os alunos da Unimontes;

nº 7.785/2017, do deputado João Vítor Xavier, em que requer sejam convocadas as inspetoras Maria Imaculada Ferreira Torres e Nazareth Silva Ribeiro, vinculadas à Superintendência Metropolitana A, para prestar informações sobre as alegações de uso de cargo público para fazer campanha política para futuros candidatos, inclusive com assédio a diretores de escolas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2017.

Celise Laviola, presidente – Ione Pinheiro – Thiago Cota.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/11/2018

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cássio Soares, Felipe Attiê, Ivair Nogueira e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 563/2015 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 12.825/2018. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária e para a reunião extraordinária de hoje, às 16h20min, para apreciação do parecer do Projeto de Lei nº 5.429/2018, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2018.

Cássio Soares, presidente – Ulysses Gomes – André Quintão – Thiago Cota.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 29/4/2026

Às 16h6min, comparecem à reunião os deputados Coronel Henrique, Grego da Fundação e Charles Santos (substituindo o deputado Bosco, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Coronel Henrique, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designa como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 3.935/2025, no 2º turno (Coronel Henrique), e Projeto de Lei nº 4.531/2025, no 2º turno (Mário Henrique Caixa). Passa-se à 1ª Fase

da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.935/2025 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Coronel Henrique). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 17.200 e 17.386/2026. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.373, 4.982 e 4.983/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 20.878/2026, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja formulado voto de congratulações com a equipe Glória Gfteam Jiu-Jitsu e o técnico e atleta Braullier Pereira dos Santos, do Município de Rio do Prado, pelo desempenho obtido no Campeonato Brasileiro de Jiu-Jítsu, realizado em 12/4/2026, em Montes Claros, ocasião em que conquistaram 30 medalhas e foram reconhecidos como a melhor equipe do torneio. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2026.

Coronel Henrique, presidente – Ulysses Gomes – Thiago Cota.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 5/5/2026

Às 10h39min, comparecem à reunião as deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves e o deputado Tito Torres, membros da supracitada comissão. Está presente também a deputada Beatriz Cerqueira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tito Torres, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da vereadora Renara, da Câmara Municipal de Timóteo, solicitando audiência pública para debater fatos constantes de denúncia encaminhada sobre a alteração de zoneamento urbano no referido município e os impactos ambientais na Mata dos Funcionários, reserva legal de mata atlântica; *e-mail* do Sr. Jorge Antônio Pinto, cidadão de Barão de Cocais, denunciando a coloração atípica da água da Cachoeira de Cocais e pedindo providência sobre essa situação, ressaltando ainda que essa água contribui para o abastecimento do Distrito de Cocais e que a empresa Vale é proprietária de grande parte da área onde está localizada as nascentes da região; e ofício do deputado Tadeu Martins Leite convidando para o 1º Ciclo de Prestação de Contas do Governo de 2026, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, que será realizado de 15 a 23 de junho, em atendimento ao disposto no art. 54 da Constituição do Estado, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 2.705, de 23 de abril de 2019, considerando o período de 1º/5/2025 a 31/5/2026. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.338/2025, no 1º turno, do qual avocou a relatoria. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.588/2022 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Tito Torres, em virtude de redistribuição); e 4.338/2025 na forma do Substitutivo nº 3 (relator: deputado Tito Torres). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.421/2025, que recebeu parecer por sua aprovação (relator: deputado Noraldino Júnior). Submetido à votação, é aprovado o Requerimento nº 17.299/2026. Submetido à discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.904/2022. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 20.967/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado à presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente, ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas pedido de informações acerca da existência de projetos de painéis solares na represa da Usina Hidrelétrica de Três Marias, bem como de seus dados espaciais georreferenciados;

nº 20.971/2026, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao secretário municipal de Saúde de Ibitiré pedido de informações consubstanciadas em documento contendo registros oficiais ou notificações de casos de esquistossomose no município, em especial de moradores do entorno da Lagoa da Petrobras, esclarecendo-se se tem sido realizado monitoramento da presença de caramujos contaminados com o *Schistosoma mansoni* na referida lagoa;

nº 20.972/2026, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância do projeto Direitos da Natureza e Decolonialidade, desenvolvido pelo Instituto Mundo;

nº 20.973/2026, das deputadas Beatriz Cerqueira e Leninha, em que requerem seja realizada visita aos Municípios de Ouro Preto e Mariana para acompanhar as discussões do III Fórum Brasileiro dos Direitos da Natureza, a ser realizado de 31/7 a 2/8;

nº 21.069/2026, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja realizada audiência pública para debater o garimpo ilegal e a poluição dos rios do Sul de Minas;

nº 21.136/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao promotor de justiça de Conceição do Mato Dentro pedido de informações sobre o prosseguimento das negociações relativas à Ação Civil Pública nº 0003964-94.2018.8.13.0175 e à Condicionante nº 50, ambas vinculadas ao empreendimento Minas-Rio, da Anglo American, tendo em vista o resultado da assembleia realizada com as comunidades atingidas em 23/4/2026, na qual os atingidos se posicionaram contrariamente à negociação conjunta dos referidos procedimentos;

nº 21.137/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a viabilidade e a segurança jurídica da discussão e do cumprimento da Condicionante Ambiental nº 50, relativa ao processo de licenciamento ambiental do empreendimento Minas-Rio, da Anglo American, no âmbito do Centro de Autocomposição de Conflitos e Segurança Jurídica do Ministério Público;

nº 21.138/2026, do deputado Tito Torres, em que requer seja realizada audiência pública para debater os potenciais impactos da alteração do zoneamento urbano do Município de Timóteo.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 8 de maio, no Município de Poços de Caldas, e para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Poços de Caldas, 8 de maio de 2026.

Bella Gonçalves, presidente.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 5/5/2026

Às 15h13min, comparecem à reunião os deputados Thiago Cota, Enes Cândido (substituindo o deputado Rafael Martins, por indicação da liderança do BMF) e Leleco Pimentel (substituindo o deputado Celinho Sintrocel, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Thiago Cota, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: Ofício nº 4/2026, da Agência Reguladora de Transportes de Minas Gerais – Artemig –, encaminhando o relatório de ouvidoria da Artemig

referente ao exercício de 2025; e mensagens, encaminhadas por meio do Fale com a Assembleia, do Sr. José Carlos Pacheco Venho, relatando graves falhas no serviço da Linha 510-511-512 do sistema Move Metropolitano (Terminal Vilarinho/Belo Horizonte), operado sob concessão do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG; e da Sra. Gladys Campos Cunha e do Sr. Charles Jordani Lemes dos Santos, na qual solicitam a aprovação do Projeto de Lei nº 2.573/2024, que trata da estadualização da Rodovia MG-070. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Secretaria de Estado de Educação (um ofício em 16/4/2026); da Via Nascentes – Nascente das Gerais (um ofício em 26/3/2026); do DER-MG (um ofício em 2/4/2026 e um ofício em 10/4/2026); da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (um ofício em 9/4/2026 e um ofício em 10/4/2026); da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (um ofício em 10/4/2026); e do Consórcio Rota da Liberdade (um ofício em 2/4/2026). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 5.155/2026, no 1º turno, do qual designou relator o deputado Thiago Cota. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.238/2023 e 4.318/2025, estes na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; e 5.155/2026 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Thiago Cota). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 3.278, 4.371 e 4.561/2025, os dois últimos na forma do Substitutivo nº 1, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 17.157, 17.165, 17.166, 17.180, 17.183, 17.220, 17.249, 17.260, 17.497, 17.510 e 17.512/2026. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.180/2023 e 4.158/2025. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 20.645/2026, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de providências para a realização de estudo de viabilidade técnica e operacional visando à reativação da linha de transporte coletivo intermunicipal direta entre os Municípios de Santana de Pirapama e Belo Horizonte;

nº 20.646/2026, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de providências para realização de estudo de viabilidade técnica e operacional para implantação de paradas regulares de ônibus no Município de Bom Jesus do Amparo, com a adoção das medidas que especifica;

nº 20.719/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias e à 29ª Unidade Regional do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais, em Manhumirim, pedido de providências para execução de obras de calçamento nos trechos de estradas localizadas em comunidades rurais do Município de Simonésia que especifica;

nº 20.724/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Itaverava, para debater a situação da Rodovia MG-833, no trecho que interliga os Municípios de Itaverava e Lamim, especialmente na comunidade do Macuco, em razão das precárias condições de trafegabilidade da via;

nº 20.725/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação da Rodovia MG-833, no trecho que interliga os Municípios de Itaverava e Lamim, especialmente na comunidade do Macuco, em razão das precárias condições de trafegabilidade da via;

nº 20.726/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre as condições da Rodovia MG-833, no trecho que

interliga os Municípios de Itaverava e Lamim, especialmente na Comunidade do Macuco, bem como sobre as providências adotadas ou previstas para sua recuperação e eventual pavimentação;

nº 20.727/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de providências para recuperar a Rodovia MG-833, no trecho que interliga os Municípios de Itaverava e Lamim, especialmente na Comunidade do Macuco, com a realização de serviços de manutenção, como encascalhamento, nivelamento e melhoria das condições de tráfego, bem como para avaliar a pavimentação asfáltica da via;

nº 20.765/2026, do deputado Bruno Engler, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do Projeto de Lei Complementar nº152/2025, em tramitação na Câmara dos Deputados, que propõe a regulamentação das atividades de motoristas e de entregadores de aplicativos no Brasil;

nº 20.910/2026, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja encaminhado à Concessionária da Rodovia BR-262 MG S.A., em Uberaba, pedido de providências para a verificação das condições de segurança da curva localizada no Km 427 da Rodovia BR-262 e para a adoção das medidas corretivas necessárias;

nº 20.946/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos técnicos e sociais decorrentes da alteração no quadro de horários e na ordenação do serviço de transporte intermunicipal da linha 1640 (Ouro Negro – Betim/Estação Eldorado – Contagem), visando avaliar a adequação da prestação do serviço à política estadual de mobilidade e a eficiência do sistema de transporte rodoviário na região;

nº 20.980/2026, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de providências para a realização de reparos no pavimento e a melhoria da sinalização nas áreas sob sua responsabilidade situadas no trevo de acesso ao Município de Juatuba e no entroncamento das Rodovias BR-262 e MG-050;

nº 20.982/2026, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres, em Brasília, e à Way-262 – Concessionária da Rodovia BR-262 MG S.A., em Uberaba, pedido de providências para realização de reparos no pavimento e melhoria da sinalização, pela concessionária, nas áreas de sua responsabilidade situadas no trevo de acesso a Juatuba e no entroncamento das Rodovias BR-262 e MG-050;

nº 20.983/2026, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja encaminhado à Agência Reguladora de Transportes de Minas Gerais e à Via Nascentes, em Divinópolis, pedido de providências para realização de reparos no pavimento e melhoria da sinalização nas áreas de sua responsabilidade situadas no trevo de acesso a Juatuba e no entroncamento das rodovias BR-262 e MG-050;

nº 21.118/2026, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias e ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de providências para vistoria técnica e implantação e melhoria da sinalização de trânsito na rotatória de acesso à MG-424, na entrada de Pedro Leopoldo;

nº 21.147/2026, do deputado Leleco Pimentel e do deputado Thiago Cota, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os impactos sociais e econômicos do projeto de duplicação da BR-356 nas comunidades dos Municípios de Ouro Preto, Mariana e Itabirito e de outros municípios atingidos, bem como para analisar a vinculação, a destinação e os critérios de aplicação dos recursos provenientes do Acordo de Repactuação de Mariana relacionados à execução da obra;

nº 21.163/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias e ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de providências para o cumprimento do prazo de pavimentação da MG-326 no segundo semestre de 2026 bem como para a divulgação da previsão de valores e do cronograma das etapas de licitação e execução das obras;

nº 21.164/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja formulado voto de congratulações com o presidente da Câmara Municipal de Catas Altas, Anízio Nazareno Aparecido, pelo apoio e pela articulação junto ao movimento pró-asfaltamento da Rodovia MG-326;

nº 21.165/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à Subsecretaria de Obras e Infraestrutura da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias e ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de providências para a realização de estudo de tráfego da MG-326, com enfoque na circulação de veículos pesados;

nº 21.166/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias e ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que seja incluída, no projeto executivo referente a pavimentação da Rodovia MG-326, a construção de via de contorno externo com o objetivo de redirecionamento dos veículos de carga pesada, que têm causado grande transtorno ao Distrito de Fonseca, no Município de Alvinópolis;

nº 21.167/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias e ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de providências para cumprimento do prazo de pavimentação da MG-326 para o segundo semestre de 2026 e publicação da previsão de valores e do cronograma previsto para as etapas de licitação e de implementação das obras;

nº 21.168/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para a fiscalização do transporte de minério e areia na Rodovia MG-326;

nº 21.169/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias pedido de informações sobre a dotação orçamentária para o projeto de pavimentação da MG-326, sobretudo do trecho entre Catas Altas e Fonseca, com os detalhamentos que especifica;

nº 21.170/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja formulado voto de congratulações com as Câmaras Municipais de Catas Altas, de Alvinópolis e de Santa Bárbara e com as Prefeituras de Catas Altas e de Alvinópolis pelo apoio e articulação junto ao movimento pró-asfaltamento da Rodovia MG-326, que culminou em importantes esclarecimentos e respostas do Poder Executivo do Estado;

nº 21.171/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que seja feita a manutenção do trecho não pavimentado da MG-326 e sejam informados à população os recursos previstos e dispendidos nas ações de manutenção da via;

nº 21.172/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à presidente do Comitê Interfederativo do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta da reparação do desastre de Mariana, em Brasília (DF), pedido de informações sobre as obras em rodovias previstas no acordo de reparação, incluindo cronogramas físico e financeiro das execuções, e seja encaminhado ao referido órgão pedido de providências para que seja conferida prioridade às intervenções em trechos localizados mais próximos à calha do Rio Doce;

nº 21.173/2026, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre as obras em rodovias previstas no acordo de reparação, com o envio dos respectivos cronogramas físico e financeiro das execuções; e seja encaminhado à referida secretaria pedido de providências para que seja conferida prioridade às intervenções em trechos localizados mais próximos a calha do Rio Doce.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2026.

Thiago Cota, presidente – Ulysses Gomes – Tito Torres.

**ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 6/5/2026**

Às 10h10min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Christiano Xavier, Bruno Engler, Caporezzo e Adriano Alvarenga (substituindo o deputado Rafael Martins, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do presidente da Assembleia Legislativa, convidando os membros da comissão a participarem do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas do Governo de 2026 – 1º ciclo, a ser realizado no período de 15 a 23/6/2026; e do Sr. Fernando Augusto Bettio, delegado de polícia, agradecendo pelo voto de congratulações recebido desta Casa. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 17.411, 17.515 a 17.518, 17.543, 17.544, 17.551 a 17.553/2026. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 20.572/2026, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, integrantes do Grupamento Especializado em Policiamento em Áreas de Risco, pela demonstração inequívoca de bravura e técnica policial durante operação, em 28/3/2026, que resultou na neutralização em confronto de criminoso de alta periculosidade;

nº 20.648/2026, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais que menciona pela operação realizada na cidade de Pedro Juan Caballero, no Paraguai, em 27/3/2026, que culminou na prisão do criminoso Patrick Fernandes de Oliveira, conhecido como Caos;

nº 20.843/2026, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar pedido de providências para a destinação de uma viatura modelo 4x4 ao pelotão da corporação no Município de Guapé, ou, na impossibilidade de fornecimento desse modelo, de uma viatura de modelo convencional;

nº 20.914/2026, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar pedido de providências para a destinação de armamentos e uma viatura, preferencialmente do modelo com tração 4x4, para a unidade da corporação em Três Marias;

nº 20.915/2026, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com Rodolpho Tadeu Machado, delegado de polícia; André Luiz Correia Leles, inspetor de polícia; Fábio de Freitas Oliveira, investigador de polícia; Carlos Antônio de Camargos, investigador de polícia; e Jorge Luiz de Souza, escrivão de polícia, pela exitosa operação de combate ao comércio irregular de medicamentos controlados em Contagem;

nº 21.068/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar pedido de providências para que sejam destinados equipamentos de proteção individual para combate a incêndios florestais ao posto avançado da corporação no Município de Machado;

nº 21.092/2026, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com Arnaldo Laboissiere Muzzi, Cristiani Regina dos Santos de Faria, Carlos Renato de Oliveira Teixeira e Ana Maria Gontijo de Araújo,

médicos legistas do Instituto Médico-Legal de Belo Horizonte, pelos excelentes serviços prestados à sociedade belo-horizontina e mineira, com profissionalismo e humanidade;

nº 21.127/2026, da deputada Alê Portela, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil pedido de providências para a devida apuração de denúncias de ameaças, assédio moral e constrangimento ilegal supostamente sofridos por participantes do projeto Providência em Ação, na região Norte de Belo Horizonte, e por servidores públicos municipais, especialmente da banda da Guarda Municipal;

nº 21.133/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça, à defensora pública-geral e à chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre os procedimentos adotados no caso relatado por D. E. B. F., o qual afirma ter sido vítima de esbulho possessório com violência e ameaça no Bairro Taquaril, em Belo Horizonte, com os esclarecimentos que especifica;

nº 21.134/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao Tribunal de Justiça pedido de providências para a recomposição do efetivo e a regularização das condições de funcionamento do Presídio de Poços de Caldas, no âmbito da 18ª Região Integrada de Segurança Pública, diante de déficit de servidores e superlotação da unidade;

nº 21.135/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar pedido de providências para que sejam destinados computadores e, no mínimo, duas armas de incapacitação neuromuscular e uma espingarda calibre 12 ao pelotão da Polícia Militar no Município de Caldas;

nº 21.143/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado às Polícias Militar e Civil pedido de providências para o aumento do efetivo policial no Município de Baependi;

nº 21.144/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado às Polícias Militar e Civil pedido de providências para o aumento do efetivo policial no Município de Cruzília;

nº 21.145/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado às Polícias Militar e Civil pedido de providências para o aumento do efetivo policial no Município de Minduri;

nº 21.146/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública, para a qual sejam convidados representantes das entidades que menciona, a fim de debater o Projeto de Lei Complementar nº 89/2025 e analisar seus impactos na prestação do serviço público de segurança à população e no funcionamento da Polícia Civil;

nº 21.152/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para reforma das guaritas e das muralhas no Presídio Dutra Ladeira, em Ribeirão das Neves;

nº 21.181/2026, do deputado Caporezzo, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, do 22º Batalhão da Polícia Militar, pela atuação exemplar no salvamento de uma mulher em situação de crise que ameaçava tirar a própria vida em edifício localizado na Av. Raja Gabaglia, em Belo Horizonte, em 21/4/2026;

nº 21.183/2026, do deputado Caporezzo, em que requer seja formulado voto de congratulações com os estudantes Maria Luiza e Fabiano pela participação em intercâmbio internacional no Instituto Militar do Novo México, nos Estados Unidos, representando com excelência o Colégio Tiradentes de Uberlândia;

nº 21.186/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar pedido de informações sobre os critérios adotados para o cômputo do tempo de serviço de militares estaduais, especialmente no que se refere ao desconto de períodos considerados não computáveis, como licenças para tratamento de saúde superiores a 90 dias e afastamentos para candidatura a cargo eletivo, no contexto do interstício para promoção trintenária, especialmente no ano da transferência compulsória;

nº 21.193/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado às Polícias Militar e Civil pedido de providências para o aumento do efetivo policial no Município de Aiuruoca;

nº 21.194/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado às Polícias Militar e Civil pedido de providências para o aumento do efetivo policial nos Municípios de Serranos e Seritinga;

nº 21.195/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado às Polícias Militar e Civil pedido de providências para o aumento do efetivo policial no Município de Carvalhos;

nº 21.196/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado às Polícias Militar e Civil pedido de providências para o aumento do efetivo policial no Município de Lima Duarte e para a destinação de viatura descaracterizada para a Delegacia de Polícia Civil local;

nº 21.197/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar à Polícia Civil pedido de providências para o aumento do efetivo policial nos Municípios de Liberdade e Bocaina de Minas;

nº 21.198/2026, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar e à Polícia Civil pedido de providências para o aumento do efetivo policial nos Municípios de Santa Bárbara do Monte Verde e Rio Preto;

nº 21.220/2026, dos deputados Sargento Rodrigues, Delegado Christiano Xavier, Caporezzo e Bruno Engler, em que requerem seja realizada audiência pública, para a qual sejam convidados o comandante-geral da Polícia Militar, a chefe da Polícia Civil e a comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar, para debater a política estadual de segurança pública, com ênfase no aumento de efetivo e na destinação de equipamentos de proteção individual aos integrantes dessas corporações;

nº 21.221/2026, dos deputados Sargento Rodrigues e Caporezzo, em que requerem seja formulado voto de congratulações com a Sd. BM Gabriela Silvestre Souza Rocha pelo salvamento de um recém-nascido de apenas 11 dias de vida, vítima de engasgamento, no Município de Ituiutaba, em 25/4/2026.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues, presidente.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 6/5/2026

Às 16h2min, comparecem à reunião a deputada Bella Gonçalves e os deputados Leleco Pimentel (substituindo o deputado Betão, por indicação da liderança do BDL) e Ricardo Campos (substituindo a deputada Andréia de Jesus, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater a situação do sistema prisional do Estado. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do deputado Tadeu Martins Leite convidando a comissão a participar do 1º Ciclo de Prestação de Contas do Governo de 2026. Comunica, ainda, o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: do Ministério Público de Minas Gerais (um ofício em 29/1/2026, um ofício em 24/12/2025, um ofício em 30/1/2026 e um ofício em 12/2/2026); da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (um ofício em 20/11/2025); da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (cinco ofícios em 12/2/2026); da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (um ofício em 1º/11/2025); do Tribunal de Contas de Minas Gerais (um ofício em 12/2/2026); da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (um ofício em 29/11/2025); da Secretaria de Estado de

Desenvolvimento Social (um ofício em 4/12/2025, três ofícios em 12/2/2026 e um ofício em 30/1/2026); da Secretaria de Estado de Saúde (um ofício em 5/2/2026); da Gabinete Militar do Governador do Estado (um ofício em 12/12/2025); da Secretaria Municipal de Educação (um ofício em 12/2/2026); do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (um ofício em 22/1/2026); do Ministério da Educação (um ofício em 5/2/2026); da Secretaria de Estado de Saúde (um ofício em 5/2/2026); da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (dois ofícios em 15/1/2026); da Polícia Civil de Minas Gerais (22/1/2026); da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (um ofício em 6/2/2026); e da Polícia Militar de Minas Gerais (um ofício em 22/1/2026). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 21.219/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para a entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a deputada federal Erika Hilton por sua trajetória política e sua destacada atuação em defesa dos direitos humanos, da diversidade e da justiça social no Brasil;

nº 21.223/2026, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater a implementação, os desafios e as perspectivas do Plano Nacional Juventude Negra Viva, com foco na promoção de políticas públicas voltadas à redução da violência, ao enfrentamento do racismo estrutural e à garantia de direitos da juventude negra no Estado;

nº 21.231/2026, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1, bem como os benefícios sociais gerados pela garantia de vida plena digna além do trabalho.

Suspendem-se os trabalhos. Às 16h40min são reabertos os trabalhos com a presença das deputadas Bella Gonçalves, presidenta, e Andreia de Jesus. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Miriam Estefânia dos Santos, presidente da Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade; Monique Cruz, membro da coordenação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Carolyne Reis Barros, professora e coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos da UFMG; Maria Teresa dos Santos, coordenadora da Raesp e mobilizadora social da Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade e da Frente Estadual pelo Desencarceramento; e Carla Silene Cardoso Lisboa Bernardo Gomes, diretora de Prerrogativas da OAB-MG; e os Srs. Leonardo Mattos Alves Badaró, diretor-geral do Departamento Penitenciário de Minas Gerais – Depen-MG, representando o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública; José Lino Esteves dos Santos, presidente do Sindicato dos Auxiliares, Assistentes e Analistas do Sistema Prisional e Socioeducativo; Augusto César Leonel de Souza, presidente da Comissão de Direitos Humanos da 61ª Subseção da OAB, de Frutal; Lucas Theodoro Dias Vieira, presidente do Conselho Penitenciário Estadual; Fernando Gonzaga Jayme, vice-presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos; e Leonardo Bicalho de Abreu, defensor público do Estado. A presidenta, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2026.

Bella Gonçalves, presidente.

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 7/5/2026

Às 10h11min, comparece à reunião a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar

proposições da comissão e, em audiência pública, monitorar, no âmbito do Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco, edição 2025-2026, o cumprimento das metas e das estratégias do Plano Estadual de Educação relativas à gestão democrática – Meta 17. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os seguintes convidados: as Sras. Ana Maria Saraiva, membro do Fórum Estadual Permanente de Educação de Minas Gerais – Fepemg –, representando a coordenadora do Fepemg; Cristina Andrade Melo, procuradora do Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG; Rachel Campos Pereira de Carvalho, auditora de controle externo e assessora da Diretoria-Geral do TCEMG, representando o presidente do TCEMG; Denise de Paula Romano, coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG; Giselle Ribeiro de Oliveira, coordenadora das Promotorias de Justiça de Defesa da Educação do Ministério Público de Minas Gerais, representando o procurador-geral de justiça; e Clarice Barreto Linhares, membro do Fepemg; e os Srs. Lucas Evêncio Soares Dutra, vice-presidente do Conselho Estadual de Educação – CEE –, representando a presidenta do CEE; Tiago Antonio da Silva Jorge, professor adjunto do Departamento de Administração Escolar da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais; Diego Severino Rossi de Oliveira, economista e técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos no Sind-UTE-MG; Fernando Campos Abreu Júnior, secretário municipal de Educação de Sete Lagoas e integrante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de Minas Gerais – Undime –, representando o presidente da Undime; Lucca Girardi Caumo, assessor da Assessoria Estratégica da Secretaria de Estado de Educação, representando o secretário; e Kelson Guimarães Magalhães Bueno, diretor da Escola Estadual Deputado Ilacir Pereira Lima. A presidenta, autora do requerimento que deu origem ao debate, faz as considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2026.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 8/5/2026

Às 18h13min, comparece à reunião a deputada Bella Gonçalves, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a debater, em audiência pública, o avanço da exploração de terras-raras, a soberania sobre minerais estratégicos e os impactos socioambientais dessa atividade no território. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Carlusa Francisca Ramos, liderança indígena, vice-cacique e educadora da etnia Kiriri, da Aldeia Ibiramã Kiriri do Acré; Rosane Francisca do Nascimento, representante da Zona Sul de Poços de Caldas; Célia Nunes Corrêa, deputada federal; Kelli Cristine de Oliveira Mafort, secretária nacional de Diálogos Sociais da Secretaria-Geral da Presidência da República, representando o ministro; e os Srs. Frederico Augusto Massote Bonifacio, chefe regional da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas da Fundação Estadual de Meio Ambiente, representando o presidente; Tiago Barbosa Mafra, vereador da Câmara Municipal de Poços de Caldas; Luiz Paulo Guimarães de Siqueira, coordenador nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração; Daniel Tygel, presidente da Aliança em prol da Área de Preservação Ambiental da Pedra Branca; Wallace Alves de Oliveira Silva, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Meio Ambiente no Estado de Minas Gerais; Rafael Felipe Coelho Neves, diretor-geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas - Campus Poços de Caldas; Leonardo Henrique Soares Damasceno, diretor do Campus de Poços de Caldas da Universidade Federal de Alfenas; Rogério Correia de Moura Baptista, deputado federal; e Júnio Augusto dos Santos Silva,

superintendente regional substituto do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Registram-se as presenças da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Ulysses Gomes. A presidenta, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2026.

Tito Torres, presidente – Beatriz Cerqueira – João Magalhães.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 11/5/2026

Às 16h12min, comparece à reunião a deputada Bella Gonçalves, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, aprova-a e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a debater, em audiência pública, a garantia do direito à moradia das famílias da Ocupação Vila Iris, em Santa Luzia, ameaçadas de despejo pela empresa VLI (Vale S.A.). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença das Sras. Lídia Santiago Diniz e Nádia da Silva Santos, moradoras de Santa Luzia; Cleide Aparecida Nepomuceno, defensora pública especializada em direitos humanos, coletivos e socioambientais; e os Srs. Gilvander Luis Moreira, assessor da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais; Rubervaldo Pereira da Silva, morador da Vila Íris, em Santa Luzia; João Batista Alves Pereira, morador da Vila Íris, em Santa Luzia, e integrante da Comissão Temporária da Vila Íris; e Glaucon Durães da Silva Santos, covereador pelo Mandato Coletivo Luzias da Câmara Municipal de Santa Luzia. A presidenta, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2026.

Bella Gonçalves, presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 13/5/2026, ÀS 14 HORAS

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.589/2023, do deputado Gustavo Santana, que dispõe sobre a criação do Programa de Incentivo a Investimentos no Setor de Tecnologia da Informação no Estado e dá outras providências. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 120/2026, da Mesa da Assembleia, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado a João Adibe Marques.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 121/2026, da Mesa da Assembleia, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado a Fernando Eduardo Silva Anitelli.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 102/2026, do governador do Estado, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais e altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 81, de 10 de janeiro de 2004, e da Lei nº 18.017, de 8 de janeiro de 2009. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 924/2023, do deputado Caporezzo, que acrescenta dispositivos à Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Prosseguimento da discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.733/2025, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a transferir para a União os bens imóveis de propriedade do Estado, suas autarquias e fundações públicas, para fins de pagamento da dívida apurada nos termos do § 2º do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025, e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.617/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes, que acrescenta dispositivo à Lei nº 11.405, de 28 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política estadual de desenvolvimento agrícola, para inserir entre os seus objetivos o incentivo ao uso noturno de energia elétrica na atividade agrícola. A Comissão de Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.098/2019, do deputado Thiago Cota, que dispõe sobre o patrocínio, por empresas privadas, de uniformes e kits escolares e dá outras providências. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.164/2023, do deputado Lucas Lasmar, que institui a transparência nas atividades dos conselhos estaduais. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.490/2023, do deputado Zé Laviola, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Manhumirim o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.487/2025, do deputado Gil Pereira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Montes Claros o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.605/2025, do deputado Doutor Wilson Batista, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o modo de fazer a cachaça Século XVIII, produzida no Município de Coronel Xavier Chaves. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.010/2025, da deputada Beatriz Cerqueira, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Festa da Fogueira de São Pedro, do Município de Espera Feliz. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.238/2025, do deputado Carlos Henrique, que declara os serviços prestados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais como patrimônio cultural e imaterial do Estado. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.248/2025, da deputada Leninha, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o Mercado Municipal Christo Raeff Nedelkoff, de Montes Claros. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.411/2025, do deputado Grego da Fundação, que acrescenta dispositivos à Lei 24.130, de 6 de junho de 2022, que institui a política de avaliação da infraestrutura das escolas da rede estadual de ensino. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.738/2025, do deputado Noraldino Júnior, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Betim a área correspondente. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.837/2025, do deputado Sargento Rodrigues, que institui o Banco de Dados de Organizações Criminosas Ultraviolentas e Paramilitares e de Milícias Privadas no Estado. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.914/2025, do deputado Raul Belém, que dispõe sobre a defesa sanitária animal no Estado e dá outras providências. A Comissão de Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.785/2021, do deputado Celinho Sintrocel, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coronel Fabriciano o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.792/2022, do deputado Doorgal Andrada, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São José do Alegre a área correspondente. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.913/2022, do deputado Charles Santos, que dispõe sobre a regulamentação da proteção de dados pessoais nos locais de atendimentos públicos e privados no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela

aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.183/2023, do deputado Leleco Pimentel, que institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Região Metropolitana do Vale do Aço e do Colar Metropolitano. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.436/2024, da deputada Nayara Rocha, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Vespasiano os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.477/2025, da deputada Chiara Biondini, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Piranguinho. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.780/2025, do deputado Coronel Henrique, que reconhece como de relevante interesse cultural, social e econômico do Estado o Festival de Carros de Boi, realizado no Município de Ibertioga. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.794/2025, do deputado Rodrigo Lopes, que concede ao Município de Bom Jesus da Penha o título de Capital Estadual do Jaracatiá. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.920/2025, do deputado Professor Cleiton, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Expo Virgínia, exposição agropecuária, cultural e artística realizada no Município de Virgínia. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 13/5/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 356/2023 e 2.172/2024, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/5/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/5/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 1.797/2023, do deputado Lucas Lasmar; 4.780/2025, do deputado Betão; e 4.873/2025, da deputada Lud Falcão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 17.558/2026, da deputada Andréia de Jesus; 17.572 e 17.744/2026, da deputada Ana Paula Siqueira; 17.631/2026, da deputada Leninha e outros; e 17.691/2026, da Comissão de Direitos Humanos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/5/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 4.330/2025, do deputado Sargento Rodrigues; e 4.912/2025, do deputado Charles Santos.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 17.706, 17.707, 17.709 e 17.710/2026, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/5/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 2.348/2024, da deputada Delegada Sheila.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.994/2025, do deputado Dr. Maurício; e 5.059/2026, da deputada Lohanna.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.007/2015, do deputado Elismar Prado; 2.153/2024, do deputado Doorgal Andrada; 2.618/2024, do deputado Professor Cleiton; 4.366/2025, do deputado Noraldino Júnior; e 5.176 e 5.179/2026, da deputada Leninha.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 13/5/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.597/2022, da deputada Ana Paula Siqueira; 944/2023, da deputada Alê Portela; 2.487/2024, da deputada Maria Clara Marra; e 3.987/2025, da deputada Nayara Rocha.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 13H30MIN DO DIA 13/5/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.949/2024, do deputado Charles Santos.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 17.379/2026, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/5/2026

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 13/5/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 13/5/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.366/2023, do deputado Leandro Genaro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.513/2025, do deputado Zé Laviola; e 4.697/2025, da deputada Maria Clara Marra.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 13/5/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 13/5/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 14/5/2026**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 10 horas do dia 13 de maio de 2026, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Lei nº 3.733/2025, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a transferir para a União os bens imóveis de propriedade do Estado, suas autarquias e fundações públicas, para fins de pagamento da dívida apurada nos termos do § 2º do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025, e dá outras providências; e, na 3ª Fase, à apreciação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 12 de maio de 2026.

Tadeu Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Bruno Engler, Eduardo Azevedo e Rafael Martins, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/2026, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, no 1º turno, o Parecer sobre a Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 4.330/2025, do deputado Sargento Rodrigues, e o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 4.912/2025, do deputado Charles Santos; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 17.706, 17.707, 17.709 e 17.710/2026, do deputado Sargento Rodrigues; de receber, discutir e votar proposições da comissão; e de, em audiência pública, debater as condições de trabalho dos agentes de segurança socioeducativos, em especial as escalas de trabalho, no âmbito das unidades socioeducativas do Estado sob o modelo de gestão direta ou híbrida, bem como o funcionamento de unidades socioeducativas sem a presença do Estado.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Alê Portela e os deputados Doutor Wilson Batista, Carlos Pimenta e Lucas Lasmar, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 13/5/2026, às 9h45min e às 10h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.797/2023, do deputado Lucas Lasmar, 4.780/2025, do deputado Betão, e 4.873/2025, da deputada Lud Falcão; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 17.558/2026, da deputada Andréia de Jesus, 17.572 e 17.744/2026, da deputada Ana Paula Siqueira, 17.631/2026, da deputada Leninha e outros, e 17.691/2026, da Comissão de Direitos Humanos; de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2026.

Arlen Santiago, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Alê Portela, Ione Pinheiro e Macacé Evaristo e o deputado Luizinho, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/2026, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater os problemas enfrentados pelos profissionais da educação básica relacionados ao direito de afastamento para participação nos cursos de aperfeiçoamento profissional e de pós-graduação *lato sensu* (especialização e MBA) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado), bem como para discutir os critérios para participação nos cursos ofertados pelo programa Trilhas de Futuro – Educadores, da Secretaria de Estado de Educação.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2026.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco a deputada Delegada Sheila e os deputados Rafael Martins e Celinho Sintrocél, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/2026, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de debater, em audiência pública, os impactos sociais e econômicos do projeto de duplicação da BR-356 nas comunidades dos Municípios de Ouro Preto, Mariana e Itabirito e de outros municípios atingidos, bem como de analisar a vinculação, a destinação e os critérios de aplicação dos recursos provenientes do Acordo de Repactuação de Mariana relacionados à execução da obra.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2026.

Thiago Cota, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Lohanna e Lud Falcão e os deputados Ricardo Campos e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 13/5/2026, às 13 horas, 13h30min e 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 8/2023, da deputada Andréia de Jesus, do Projeto de Lei nº 3.558/2022, do deputado Doutor Jean Freire, do Projeto de Lei nº 1.100/2023, do deputado Lucas Lasmar, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2026.

Ana Paula Siqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Nos termos regimentais, convoco os deputados Professor Wendel Mesquita, Cristiano Silveira, Elismar Prado e Grego da Fundação, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/2026, às 13h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2026.

Maria Clara Marra, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Christiano Xavier, Bruno Engler, Eduardo Azevedo e Rafael Martins, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/2026, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, no 1º turno, o Parecer sobre a Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 4.330/2025, do deputado Sargento Rodrigues, e o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 4.912/2025, do deputado Charles Santos, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 17.706, 17.707, 17.709 e 17.710/2026, do deputado Sargento Rodrigues, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2026.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Lud Falcão e Marli Ribeiro e os deputados Dr. Maurício e Coronel Henrique, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/2026, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 4.431/2017, do deputado Alencar da Silveira Jr., e 2.232/2020, do deputado Dalmo Ribeiro, de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.815/2025, do deputado Cristiano Silveira, e os Requerimentos nºs 17.529/2026, do deputado Antonio Carlos Arantes, e 17.696/2026, do deputado Dalmo Ribeiro, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2026.

Raul Belém, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Nos termos regimentais, convoco a deputada Amanda Teixeira Dias e os deputados Mário Henrique Caixa e Bosco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/2026, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com influenciadores digitais cruzeirenses, pelo relevante trabalho na divulgação do futebol no Estado, na produção de conteúdo, na humanização do esporte e no incentivo à participação das torcidas, fortalecendo a conexão entre torcedores, atletas e clube.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2026.

Coronel Henrique, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.153/2024

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Doorgal Andrada, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a ONG Paredão Ousadia Solidário, com sede no Município de Belo Horizonte.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública a ONG Paredão Ousadia Solidário, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover projetos assistenciais de arrecadação e distribuição de mantimentos para pessoas em vulnerabilidade econômica e social.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela ONG Paredão Ousadia Solidário, consideramos oportuna a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.153/2024, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2026.

Betão, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.366/2025

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Noraldino Júnior, a proposição em epígrafe declara de utilidade pública a Associação Assistencial Lourenço Hipólito Neto, com sede no Município de Juiz de Fora.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública a Associação Assistencial Lourenço Hipólito Neto, com sede no Município de Juiz de Fora, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover o planejamento e execução de programas sociais e educativos destinados a crianças e realizar o atendimento de pessoas na faixa etária de 4 a 16 anos e 11 meses por meio de atividades esportivas e de cuidado.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Assistencial Lourenço Hipólito Neto, consideramos oportuna a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.366/2025, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2025.

Betão, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.119/2024

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do deputado Zé Guilherme, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a desafetação do trecho rodoviário que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Rio Novo.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Administração Pública.

Em análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem agora o projeto a esta comissão para dela receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, inciso XII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em tela propõe a desafetação do trecho da Rodovia MG-126 situado entre as coordenadas geográficas que especifica, com aproximadamente 1km de extensão, e autoriza o Poder Executivo a doar a área correspondente ao Município de Rio Novo, a fim de que ela passe a integrar o seu perímetro urbano. Também apresenta cláusula de reversão da área ao patrimônio do Estado, caso a destinação prevista para o trecho não se efetive ao término do prazo de cinco anos contados da publicação da lei.

No decorrer do processo legislativo, a Comissão de Constituição e Justiça solicitou que o projeto fosse baixado em diligência à Secretaria de Estado de Governo e ao Município de Rio Novo, para que se manifestassem sobre a proposição. A Secretaria de Estado de Governo encaminhou a esta Casa nota técnica com o posicionamento do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais, que se posicionou favoravelmente ao projeto, informando que a extensão do trecho seria do Km 0 ao Km 1,2. Por sua vez, o município manifestou sua aquiescência ao negócio jurídico pretendido.

Em análise do ordenamento jurídico brasileiro e exercendo a sua competência regimental, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu, entre outras ponderações, que a transferência do citado trecho ao município não implica alteração em sua natureza jurídica – bem de uso comum do povo –, mas tão somente na sua titularidade, pois ele passa a integrar o patrimônio municipal. Ao final, com o objetivo de melhor adequar o texto à técnica legislativa, apresentou o Substitutivo nº 1, na forma do qual concluiu pela legalidade, constitucionalidade e juridicidade do projeto, com o que concordamos.

De nossa parte, observamos que o trecho em questão está plenamente integrado ao contexto urbano de Rio Novo e permite a gestão municipal compatível com o interesse público e a política de ordenamento territorial.

Ressaltamos ainda que o projeto em análise é autorizativo e lega à discricionariedade do Poder Executivo estadual fazer a doação pretendida. Se efetivada, o trecho passará para a jurisdição municipal e será inserido em seu perímetro urbano. Assim, do ponto de vista da política pública estadual de transportes, não vemos óbices para que a matéria prospere, uma vez que o trecho rodoviário continuará como via de passagem pública e terá sua manutenção e operação custeadas pelo Executivo municipal.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.119/2024, em 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2026

Thiago Cota, presidente – Tito Torres, relator – Ulysses Gomes.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.478/2024

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Relatório

De autoria da deputada Beatriz Cerqueira, o projeto de lei em epígrafe “reconhece como de relevante interesse ambiental, cultural e paisagístico o Complexo Lagoa da Lapinha e Serra, localizado no Município de Santana do Riacho”.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Cultura.

Em análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria, na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Cabe agora a esta comissão emitir seu parecer sobre o projeto, em cumprimento do disposto no art. 188, combinado com o art. 102, VIII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa à conservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e do patrimônio histórico e arqueológico do entorno da lagoa do Distrito de Lapinha da Serra, situado na Serra do Cipó, na região central do Estado. Para tanto, reconhece oficialmente a relevância do local e autoriza o Poder Executivo a protegê-lo por meio de instrumentos de política cultural, como inventários, tombamento e registro (art. 1º), e de política ambiental, como a criação de unidades de conservação e ações de educação ambiental (art. 4º).

Em sua justificação, a autora lembrou que tal represa foi construída na década de 1950, com objetivos de geração de energia pela Pequena Central Hidrelétrica – PCH – Coronel Américo Teixeira. Observou que, desde então, o reservatório se tornou peça fundamental para a manutenção da sociobiodiversidade da região, “contribuindo para a regulação do clima, a proteção dos recursos hídricos, a manutenção da qualidade do solo e preservação das tradições locais”. Ponderou, contudo, que o rebaixamento intencional do nível da lagoa em períodos de estiagem, por parte da administração da PCH, tem provocado impactos negativos tanto

para a fauna local, com episódios de mortandade de peixes, como para a economia regional, comprometendo as práticas agrícolas e o turismo. A parlamentar ainda informou que a proposição atende a anseios da Associação de Moradores e da Associação Comercial da Lapinha da Serra, que defendem a proteção e a perenidade do espelho d'água da lagoa, e pleiteiam o acautelamento do complexo pelo Poder Executivo Municipal de Santana do Riacho.

A proposta foi debatida pela Comissão de Cultura em audiência pública ocorrida nesta Assembleia, em 3/9/25, e em visita técnica à localidade, em 10/11/25.

Ao analisar preliminarmente a proposição, a Comissão de Constituição e Justiça considerou necessário afastar a matéria do campo da política ambiental, por entender que a criação de áreas protegidas está submetida a requisitos específicos, fixados pela Lei nº 20.922, de 2013, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. Propôs, então, o Substitutivo nº 1, que circunscreve o escopo do projeto ao reconhecimento do interesse cultural do Conjunto Paisagístico do Distrito de Lapinha da Serra, nos termos da Lei nº 24.219, de 2022.

Do ponto de vista do mérito ambiental, à acertada argumentação da comissão antecedente, devemos acrescentar o fato de que a relevância ambiental e hídrica da lagoa da Lapinha da Serra já se encontra positivada no ordenamento jurídico vigente. A localidade está inserida na porção norte da Área de Proteção Ambiental – APA – Federal Morro da Pedreira, que circunda o Parque Nacional da Serra do Cipó. Essa APA foi criada pelo Decreto Federal nº 98.891, de 1990, que considerou os paredões rochosos, “os sítios arqueológicos, a cobertura vegetal, a fauna silvestre e os mananciais” como “de fundamental importância para o ecossistema da região” e para a proteção do conjunto paisagístico do maciço do Espinhaço e do referido parque nacional.

O plano de manejo da APA foi elaborado com participação da sociedade e aprovado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio – por meio da Portaria nº 68, de 2014. Conforme esse regramento, a lagoa da Lapinha da Serra está circundada por áreas classificadas como Zona de Vida Silvestre, Zona Rural do Cerrado, Zona de Agrupamento Urbano e Zona de Agrupamento Rural. Em todas elas, a ocupação está condicionada a critérios de sustentabilidade ambiental.

A relevância ecológica da Lapinha da Serra foi também reconhecida oficialmente em âmbito internacional, por meio do programa “O Homem e a Biosfera”, da Unesco, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente. A área foi incluída nos limites da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, instituída em fases sucessivas entre 1991 e 2019, e da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, oficializada em 2005. Em ambas, está classificada como zona de amortecimento, com a finalidade de minimizar os impactos negativos das atividades humanas sobre as zonas de núcleo (parques e estações ecológicas) e promover a qualidade de vida das populações da área.

Além desses instrumentos, em consulta à Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IDE-Sisema –, verificamos que a lagoa da Lapinha da Serra está localizada em área:

- da bacia hidrográfica do Rio Cipó, o qual é reconhecido como rio de preservação permanente pela Lei nº 15.082, de 2004;
- de aplicação da Lei Federal nº 11.428, de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências;
- classificada como prioritária para a conservação da biodiversidade pelo Estado de Minas Gerais, na categoria de importância biológica especial, em função da presença de espécies de aves endêmicas e da alta riqueza de espécies da flora e da fauna.

Devido a esses atributos, a exploração dos recursos naturais da região está sujeita a restrições de uso específicas, que visam assegurar o equilíbrio ecológico para as presentes e futuras gerações. Assim, no licenciamento ambiental estadual, por exemplo, essas classificações impõem ritos especiais de tramitação e estudos prévios de impacto ambiental mais complexos, além de poderem ensejar medidas compensatórias específicas.

Por todos esses motivos, entendemos desnecessária a edição de nova norma que reconheça o relevante interesse ambiental do Complexo Lagoa da Lapinha e Serra. Referendamos, portanto, a aprovação do Substitutivo nº 1, da comissão antecedente.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.478/2024, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2026.

Tito Torres, presidente e relator – João Magalhães – Beatriz Cerqueira.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.617/2025

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do deputado Charles Santos, o projeto de lei em epígrafe “institui a política estadual de incentivo ao uso de antenas corta-pipa em motocicletas”.

A matéria foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública, de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para delas receber parecer.

Em sua análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Em seguida, a Comissão de Segurança Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, de autoria da comissão antecedente.

Cabe agora a esta comissão emitir parecer quanto ao mérito da proposta, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em tela visa instituir a “Política Estadual de Incentivo ao Uso de Antenas Corta-Pipa em Motocicletas, com o objetivo de promover a segurança dos motociclistas e reduzir o número de acidentes causados por linhas de pipa com cerol ou linha chilena”.

Em sua justificativa, o autor aponta que os acidentes envolvendo linhas de pipa com cerol ou linha chilena têm causado graves lesões e mortes, especialmente entre motociclistas. Acrescenta que, com o aumento da frota de motocicletas e a consolidação de atividades profissionais como o mototáxi e o transporte por aplicativos, mais trabalhadores ficam expostos a riscos cotidianos no trânsito e vulneráveis aos acidentes com linhas cortantes, muitas vezes imperceptíveis e letais.

Em sua análise, a Comissão de Constituição e Justiça não vislumbrou óbices quanto à iniciativa parlamentar para apresentação da matéria. Entretanto apresentou o Substitutivo nº 1, com o objetivo de adaptar a proposição original a diretrizes referentes ao estabelecimento de políticas públicas pelo Poder Executivo. Também ressaltou que a eficácia da lei eventualmente originária da proposta em estudo exigirá o concurso da vontade do Executivo, que detém competência privativa para as providências indispensáveis ao sucesso da medida.

Na sequência, a Comissão de Segurança Pública concordou com o substitutivo apresentado pela comissão jurídica. Argumentou que a iniciativa dialoga com a legislação existente na área, em nível federal, estadual e municipal, que, em geral, determina a proibição do comércio de linhas cortantes ou busca regulamentar seu uso de modo restritivo. Também mencionou que a consolidação das atividades profissionais por meio de plataformas digitais – como serviços de mototáxi e de entrega –, ampliou

significativamente o contingente de motociclistas expostos a riscos ocupacionais no tráfego, entre os quais as linhas cortantes de pipas representam um grande perigo para esse público.

A comissão antecedente também mencionou que a instalação de dispositivos de proteção ativa, especificamente as antenas corta-pipa, constitui uma intervenção de baixo custo operacional e elevada eficácia preventiva. Detalhou que tal mecanismo atua na interceptação física da linha, impedindo o contato direto com áreas vitais do condutor, como as regiões cervical e torácica. No entanto, ponderou que a ausência de incentivos normativos e a carência de informações técnicas ainda limitam a adesão universal a esses equipamentos essenciais.

Do ponto de vista de segurança viária, concordamos com as colocações da Comissão de Segurança Pública. Sendo assim, também estamos de acordo com o Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.617/2025, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2026

Thiago Cota, presidente – Ulysses Gomes, relator – Tito Torres.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 11/5/2026, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Ana Carolina Lopes Alves, padrão VL-13, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

exonerando Carlos Mendes de Lima, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Carlos Pimenta;

exonerando José Francisco Paes Neto, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Valadares;

exonerando Maria do Carmo Silva Cunha Pimenta, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Valadares;

exonerando Paulo Henrique Pereira da Silva, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Ana Carolina Lopes Alves, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Valadares;

nomeando Carlos Mendes de Lima, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Avança Minas, vice-líder deputado Carlos Pimenta;

nomeando Cláudio Fernando Gomes de Avellar, padrão VL-33, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Maria Clara Marra;

nomeando Maria do Carmo Silva Cunha Pimenta, padrão VL-13, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Vitor Aparecido Martins Soares, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência.

AVISO DE LICITAÇÃO**Concorrência Eletrônica****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 32/2026**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 8/7/2026, às 14 horas, concorrência eletrônica do tipo técnica e preço, por meio da internet, tendo por finalidade a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de auditoria em contas médico-hospitalares e ambulatoriais.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 12 de maio de 2026.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**ERRATAS****ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS BARRAGENS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/11/2015**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 20/1/2016, na pág. 1, onde se lê:

“Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n°s 4.385, 4.386, 4.392 a 4.395, 4.398 a 4.401, 4.403, 4.406 a 4.408 e 4.410 a 4.418/2015.”, leia-se:

“Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n°s 4.385, 4.386, 4.392 a 4.395, 4.398 a 4.401, 4.403 e 4.406 a 4.418/2015.”.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/4/2017

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 3/5/2017, na pág. 12, onde se lê:

“Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos n°s 7.670, 7.671, 7.672, 7.674, 7.677, 7.683, 7.684, e 7.865 a 7.875/2017.”, leia-se:

“Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n°s 7.670, 7.671, 7.672, 7.674, 7.677, 7.683, 7.684, 7.766 e 7.865 a 7.875/2017.”.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/8/2017

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 2/9/2017, na pág. 7, acrescentem-se, no início na lista de requerimentos recebidos, submetidos a votação e aprovados, os seguintes resumos de requerimentos:

“n° 9.207/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que seja feito o acompanhamento dos casos de câncer no Município de Paracatu, devido a denúncias de contaminação do ar, do solo e da água com arsênio, no entorno da mina de ouro pertencente à mineradora Kinross;

n° 9.208/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que realize fiscalização ambiental na mina de ouro da empresa Kinross, no Município de Paracatu, tendo em vista denúncia de utilização de arsênio em níveis que provocam aumento dos casos de câncer na população;”.

**ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 6/5/2026**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 9/5/2026, na pág. 7, no fecho, onde se lê:

“6 de março de 2026”, leia-se:

“6 de maio de 2026”.